

UMA BREVE INCURSÃO PELAS TEORIAS DA VERDADE CLÁSSICAS: A VERDADE SOB AS ÓTICAS CORRESPONDENTISTA, COERENTISTA E PRAGMATISTA*

A BRIEF INCURSION INTO CLASSICAL THEORIES OF TRUTH: *TRUTH* FROM THE CORRESPONDENCE'S, COHERENTIST'S AND PRAGMATIST'S PERSPECTIVES

Gabriel Chiarotti Sardi**

RESUMO

O presente texto tem como objetivo apresentar uma conceituação geral das três *teorias da verdade* mais conhecidas, a saber: a teoria da verdade como correspondência (verdade como correspondência entre linguagem e fatos do mundo), a teoria da verdade como coerência (verdade como coerência em um sistema de crenças) e a teoria da verdade pragmática (ou pragmatista) a qual, a princípio, aparenta mesclar características das outras duas teorias clássicas. Baseado na literatura, sobretudo na obra *Filosofia das lógicas* (2002) de autoria da filósofa Susan Haack, pretendemos, na conclusão, também problematizar brevemente a possibilidade de se adotar uma teoria pragmatista da verdade, analisando em que medida ela consegue responder à questão acerca da natureza ontológica da verdade tal como as demais teorias. Argumentamos, ao final, que essa resposta se faz um tanto relativa, pois, diferentemente das teorias correspondentista e coerentista, as propostas pragmáticas se interessam por outras questões de cunho filosófico acerca da noção de *verdade*.

PALAVRAS-CHAVE: teorias da verdade; correspondência; coerência; pragmática; pragmatismo.

ABSTRACT

The present text aims to present a general conceptualization of the three most known theories of truth: the theory of truth as correspondence (truth as correspondence between language and facts of the world), the theory of truth as coherence (truth as coherence in a belief system) and the theory of pragmatic (or pragmatist) truth which, at first, appears to merge characteristics of the other two classical theories. Based on literature, especially the work *Philosophy of Logics* (2002) by the philosopher Susan Haack, we intend, in the conclusion, also briefly problematize the possibility of adopting a pragmatist theory of truth, to what extent it can answer the question about the ontological nature of truth as the other theories. We argue, in the end, that this answer is somewhat relative, because, unlike the correspondent and coherentist theories, the pragmatic proposals are interested in other philosophical questions about the notion of truth.

KEYWORDS: theories of truth; correspondence; coherence; pragmatic; pragmatism.

* * Artigo recebido em 05/02/2024 e aprovado para publicação em 20/04/2024.

** Doutorando em Filosofia pela USP, mestre e licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina.
E-mail: gabrielchi@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Um dos problemas mais antigos da história da Filosofia é o problema da *verdade* e sua conceitualização. Esse problema atravessou os séculos, motivando inúmeros filósofos nas mais diversas épocas a fornecerem posturas em relação a esse conceito, que sempre variaram, fundamentalmente, no que tange à questão: *o que é, afinal, a verdade?*¹

A fim de responder a essa questão, várias *teorias da verdade* foram propostas, cada qual adotando uma concepção geral da natureza do conceito ao seu modo. Dentre as metateorias clássicas já consolidadas, três merecem destaque i) a teoria da verdade como correspondência, ii) a teoria da verdade como coerência e iii) a teoria da verdade pragmática (ou pragmatista). Contudo, a abordagem desta última – a teoria da verdade pragmática – é, muitas vezes, considerada radicalmente diferente da forma com que as outras teorias abordam o problema, mesmo mesclando elementos tanto correspondentistas, quanto coerentistas (Haack, 2002, p. 140). A questão que a nós se apresenta aqui é, portanto: *em que sentido uma teoria pragmática difere das outras teorias clássicas?*, que acaba por acarretar outra questão sumamente importante: *seria possível pensar, então, pragmaticamente, a natureza da verdade?*

Assim sendo, visando responder às questões suscitadas no interior da relação entre as teorias, no presente texto vamos investigar os aspectos gerais das três abordagens sob a ótica da Filosofia Contemporânea, buscando explicar as diferenças epistemológicas entre elas e como cada uma responde à questão comum: “*o que é a verdade?*”², a fim de poder avaliar a viabilidade de uma teoria pragmática, ao modo que fora concebida pelos pragmatistas americanos clássicos, em detrimento das demais.

Para tanto, a estrutura deste breve artigo consiste primeiramente em uma caracterização histórica e metodológica geral das teorias correspondentista e coerentista na primeira e segunda seções respectivamente. Na terceira seção, abordaremos de modo generalizado as formas que as teorias pragmáticas da verdade tomaram, bem como as virtudes da proposta destacadas por Peirce, James e Dewey. Enfim, nas considerações finais, faremos

¹ Questão essa que pode ser desdobrada em outras duas questões fundamentais: (a) *o que é verdadeiro?* Isto é, como algo passa a ser verdadeiro?; e (b) *o que pode ser verdadeiro?* Ou seja, o que pode ser esse algo (doravante denominado: *portador de verdade*) mencionado na questão anterior?

² Nossa argumentação terá como ênfase a questão primária: *o que é a verdade?* E também a questão concomitante (a) supramencionada na nota anterior - *como os portadores de verdade (sentenças, crenças, proposições etc.) passam a ser verdadeiros?* – visto que a discussão acerca do que pode ser um portador de verdade é, na realidade, uma discussão dispensável para a finalidade aqui proposta, a qual se trata de pensar a viabilidade de uma teoria pragmática.

um balanço acerca das divergências entre os tipos de teorias, esclarecendo em que sentido uma teoria pragmática, mesmo combinando elementos de correspondentismo e coerentismo, se afasta radicalmente das outras duas acepções clássicas e em que contexto ela pode ser viável para responder ao problema da natureza da verdade.

1 A TEORIA DA VERDADE COMO CORRESPONDÊNCIA

Haack (2002, p. 127) define uma teoria correspondentista, em geral, como uma teoria que advoga “que a verdade de uma proposição consiste não em suas relações com outras proposições, mas em sua relação com o mundo, sua correspondência com os fatos”. É uma postura realista objetiva, pois a verdade independe do sujeito cognoscente, sendo um atributo próprio do mundo, isto é, a verdade existe objetivamente no mundo independentemente da capacidade cognitiva humana de concebê-la (Lynch, 2001, p. 5).

Desde Aristóteles podemos encontrar uma proposta correspondentista que segue os critérios elencados por Haack. Em sua *Metafísica* (livro Γ 1011b), o filósofo grego escreveu que: “Dizer daquilo que é que não é, ou daquilo que não é que é, é falso, enquanto dizer daquilo que é que é, ou daquilo que não é que não é, é verdadeiro”. O estagirita, aqui, nos forneceu uma das primeiras concepções correspondentistas da verdade, remontando-se ao que foi dito por Parmênides, a fim de solucionar a aporia do *Ser*, com base em uma verificação entre a linguagem daquele que expressa uma assertiva e as categorias do objeto que são apreendidas empiricamente.

Na Modernidade podemos citar como um exemplo de defensor da postura correspondentista o empirista David Hume³, o qual afirmou que nossos juízos e sentenças correspondem às descrições de fatos empíricos do mundo apreendidos diretamente pelos sentidos.

Já na contemporaneidade, no auge da Filosofia Analítica do século XX, podemos citar importantes filósofos que defenderam posições de verdade como correspondência de formas muito mais elaboradas, tais como: Ludwig Wittgenstein⁴, Bertrand Russell e John Langshaw

³ Alguns estudiosos poderiam incluir aqui outro importante integrante da clássica tríade do empirismo britânico: George Berkeley. Contudo, optamos por não o fazer, pois há certas controvérsias acerca das posições de tal filósofo, visto que se pode argumentar que Berkeley, na qualidade de um empirista-idealista, oscila ora como um correspondentista, ora como um coerentista. Um exame minucioso dessa perspectiva é digno de nota, contudo excede o escopo deste artigo.

⁴ Aqui, vale ressaltar, nos referimos ao “primeiro Wittgenstein”, que defendeu em seu *Tractatus* (1922) uma posição radicalmente correspondentista derivada do atomismo lógico.

Austin. As abordagens de Wittgenstein e Russell, embora possuam significativas diferenças entre si, derivam da adesão de ambos ao atomismo lógico e acabam por definir o conceito de verdade como correspondência entre uma proposição da linguagem e um fato do mundo. Austin, a princípio, toma outro caminho ao definir verdade como correspondência como uma relação convencional entre palavras e o mundo, sem a necessidade de uma metafísica por trás.

O que Wittgenstein (1922) propõe em seu *Tractatus*, em linhas gerais, é que o mundo é composto por átomos lógicos (as coisas) em diversos arranjos (fatos) que podem ser expressos por complexos verbais, proposições moleculares de uma linguagem clara. A verdade, então, reside em um isomorfismo estrutural entre os fatos compostos e as sentenças de uma linguagem adequada. Portanto, o valor de verdade reflete as coisas que existem no mundo e sua relação com a sentença.

Como Haack bem pontua, a versão do atomismo lógico de Wittgenstein é “austera”. Russell deu alguns passos adiante ao considerar as dificuldades de se assumir todas as proposições moleculares como funções de verdade de proposições atômicas. Para isso, o filósofo se voltou às “coisas logicamente simples” – os dados dos sentidos – que foram definidas como objetos de conhecimento direto por familiaridade. O significado de uma proposição, portanto, depende da composição de nomes de objetos de conhecimento por familiaridade (Haack, 2002, p. 134). Todavia, a abordagem de Russell não escapou de alguns problemas, pois seu sistema acabou por ter que considerar tanto a existência de fatos positivos quanto negativos, o que pode implicar a crítica de que há duas relações de correspondência com os fatos: uma das proposições verdadeiras e outra das proposições falsas (o que seria, em tese, inaceitável).

A teoria correspondentista como isomorfismo enfrentou outros problemas além dos mencionados acima. Uma das principais críticas se estabeleceu na própria noção de correspondência (que não foi tornada tão clara), sobretudo nas vezes em que um “fato do mundo” possui menos elementos que a proposição que o enuncia. Esse tipo de problema é consequência direta da vinculação de uma metafísica atomista e de uma linguagem ideal como necessárias à teoria. John L. Austin abandonou essas noções e, conseqüentemente, a noção de isomorfismo, mas sem abrir mão de uma teoria correspondentista.

Como dito anteriormente, a proposta de Austin se assenta em relações convencionais entre palavras e o mundo, sem reclamar a necessidade de um isomorfismo estrutural. Isso porque a relação convencional de correspondência proposta pelo filósofo se dá por dois tipos de correlação: “(i) ‘convenções descritivas’, correlacionando palavras com tipos de situação e

(ii) ‘convenções demonstrativas’, correlacionando palavras com situações específicas” (Haack, 2002, p. 135).

Dessa forma, pode-se correlacionar qualquer palavra a qualquer situação, desde que seja aceitável e passível de significação em uma língua. Entretanto, embora o problema da necessidade isomórfica seja eliminado, a proposta de Austin incorre em alguns outros problemas, pois algumas sentenças não são passíveis de serem realocadas com outras situações, como por exemplo: “Pedro Henrique é careca” ou “todos os eunucos são estéreis”. Basicamente, enquanto a proposta russelliana situa a verdade na correspondência entre a assertiva “*p*” e o *fato de que p é*; Austin localiza a verdade na correspondência do enunciado não com o *fato p*, mas sim em serem os fatos como *p* afirma.

O que podemos concluir é que, embora existam inúmeras divergências entre possíveis teorias correspondentistas sobre como se dá internamente a relação de correspondência da linguagem com o mundo, todas possuem um núcleo comum, que é situar a verdade de uma dada frase, proposição ou crença na circunstância de correspondência a um determinado estado de realidade, concebido como algo independente da própria linguagem ou consciência, e não na relação de coerência entre crenças. Essa última noção, inclusive, é a marca central da teoria coerentista, a qual será examinada adiante.

2 A TEORIA DA VERDADE COMO COERÊNCIA

A definição geral pretendida por Haack (2002, p. 127) para essa concepção é a de que: “teorias da coerência entendem que a verdade consiste em relações de coerência em um conjunto de crenças”. Embora essa definição pareça simples, tais teorias são tão complexas quanto (ou até mais que) as teorias correspondentistas.

Historicamente as primeiras teorias coerentistas tardaram a surgir quando comparadas às teorias correspondentistas. Kirkham (1998, p. 470) afirma que, possivelmente, o primeiro relato de uma teoria coerentista pode ser encontrado em um excerto de John Locke (1999, p. 243): “Parece-me, pois, que a verdade, na importância própria da palavra, nada mais significa que a união ou separação de sinais, e de que modo as coisas significadas por elas concordam ou discordam entre si”.

Outros filósofos do período Moderno que adotaram teorias da verdade como coerência foram os racionalistas Spinoza e Leibniz⁵ nos séculos XVII e XVIII, bem como Hegel no século XIX. Em verdade, o auge do idealismo no século XIX foi o período mais profícuo das teorias coerentistas (Kirkham, 1998, p. 470)⁶, e na esteira deste século, o idealista Francis Bradley pode ser considerado um marcante representante do coerentismo ao modo idealista (Grayling, 1997, p. 130).

Em seu sistema idealista absoluto, Bradley toma o pressuposto de que o mundo é um todo unificado e coerente, sendo que através dos sentidos nós captamos somente uma parte desse todo, ou seja, somente uma parte da verdade total. Dito de outro modo, diante da totalidade do mundo que é a verdade, nós captamos pelos sentidos somente uma pequena parcela dessa verdade, que acaba por não ser inteiramente verdadeira, visto estar incompleta. Dessa forma, a verdade somente residiria então em um “conjunto de crenças inteiramente abrangente e consistente” (Haack, 2002, p. 138) que abarcaria a totalidade, isto é, em um grande sistema amplo e coerente que devemos aspirar alcançar.

Afastando-se do idealismo e adentrando no século XX, podemos encontrar um importante nome do coerentismo surgido no famoso Círculo de Viena, mesmo sendo este um grupo extremamente influenciado pelo *Tractatus* de Wittgenstein (e, portanto, por seu atomismo correspondentista). O nome a que nos referimos é Otto Neurath, o qual defendeu uma filosofia da ciência coerentista em detrimento de posições, até então correspondentistas, de seus colegas Rudolf Carnap e Moritz Schlick⁷.

Basicamente, as preocupações epistemológicas do Círculo de Viena levaram alguns de seus membros a elaborar sistemas em que os dados da experiência se configuravam como incorrigíveis, ou seja, dados que poderiam ser verificados diretamente em fatos do mundo.

⁵ Todavia, de fato, há um ponto passível de controvérsia nessa afirmação. Embora alguns autores busquem situar Leibniz como um coerentista, pois o autor faz uso de uma “ontologia que postula que os objetos nada são, ou não seriam o que são, senão em relação uns com os outros” (Costa, 2002), sua posição pode ser alocada também como um tipo de correspondentismo (ou uma mescla de correspondentismo e coerentismo), ao passo que para Leibniz as verdades (sejam as de essência ou as de fatos) possuem sua gênese prévia e determinada no intelecto divino, cabendo à razão humana a tarefa de verificar a correspondência entre a realidade proposta por Deus e as proposições próprias do intelecto humano. Para um maior aprofundamento acerca das noções de verdade presentes no pensamento leibniziano, ver Faria (2014).

⁶ Sobre essa relação entre idealismo e coerentismo, Haack (2002, p. 137) nos diz que tal relação pode ser equiparada à relação entre o correspondentismo e o atomismo lógico, no sentido de que gradualmente a teoria foi se desvinculando da perspectiva metafísica em que teve origem.

⁷ Aqui faremos uma breve exposição de alguns pontos do pensamento do autor, a fim de elucidar um pouco sobre a noção geral de coerentismo. Por essa razão não iremos entrar em detalhes acerca da filosofia da ciência de Neurath, ou mesmo nos aprofundar nas divergências existentes entre seu coerentismo e o correspondentismo de seus companheiros. Caso o leitor deseje conhecer mais sobre esses tópicos, recomendamos os textos de Liston (2013) e de Pizzutti e Liston (2021).

Outras sentenças, que por sua vez não possuem correspondente empírico, mas possuem relações lógicas válidas com as sentenças referentes aos dados dos sentidos, poderiam ser testadas de acordo com a validade dessa relação lógica e, então, daí poderia se inferir seu valor de verdade (isso já gera certa alteração em um princípio característico das teorias correspondentistas, pois a verdade pode residir além da relação direta entre sentenças e os fatos do mundo). O que Neurath fez foi ir além e levantar dúvidas sobre a “incorrigibilidade” das sentenças sobre fatos, isto é, das sentenças protocolares (Haack, 2002, 137), visto que para o autor há uma impossibilidade de se estabelecer uma correspondência direta entre crenças e fatos do mundo.

Diante disso, o filósofo passou a defender uma posição que exprime a essência de qualquer posição coerentista: a verdade reside não em uma relação correspondentista entre sentenças e o mundo, mas sim em relações de coerência entre sentenças de um sistema de crenças. Isso fica clarificado na citação a seguir:

Cada novo enunciado é confrontado com a totalidade dos enunciados existentes que, até o momento, estão harmonizados uns com os outros. Um enunciado é chamado correto, se ele puder ser incorporado nesta totalidade. Se não puder ser incorporado, é rejeitado como incorreto (Neurath, 1983, p. 66, tradução nossa).

Neurath parte então para uma defesa de revisão e ampliação constante da totalidade do sistema de crenças. A totalidade ou sistema a que Neurath se refere deve sofrer constantes revisões a fim de se obter um conjunto tão amplo quanto a coerência suporte (Haack, 2002, p. 137) – o que pode ressoar como um pouco do que Bradley pensava, mas sem sua bagagem metafísica. E a razão para realizar tal ato de busca por um sistema de crenças mais amplo é puramente pragmática⁸: aumentar o poder preditivo do sistema (referindo-se aqui a um sistema científico, para ser mais exato) (Liston, 2013, p. 54).

É importante lembrar que a teoria coerentista também incorre em problemas. Um deles também se dá pela má elucidação do conceito “coerência”, isto é, as relações apropriadas entre sentenças para que sejam consideradas coerentes. Essa discussão acaba por desembocar na definição de outros conceitos como “amplitude” e “consistência”. Mas o que fica marcado aqui é, em linhas gerais, que um sistema coerentista assume que a verdade depende de uma coerência entre sentenças ou crenças que se estabelece do seguinte modo: uma proposição *p* é

⁸ “Pragmática” aqui no sentido vulgar do termo referindo-se a algo “de ação prática”, não em sua acepção filosófica, a qual, inclusive, examinaremos nas próximas páginas.

verdadeira *se, e somente se*, é coerente com um conjunto especificado de proposições, e não em uma correspondência direta com o mundo.

3 A TEORIA DA VERDADE PRAGMATISTA

O termo “pragmática” tem origem etimológica na palavra grega *pramátiké* e significa “conjunto de regras; formalidades ou protocolo” (Pragmática, 2001, p. 449). Já o significado de “pragmatismo” geralmente é definido nos dicionários como: “doutrina filosófica que adota como critério da verdade a utilidade prática, identificando o verdadeiro como útil; senso prático” (Pragmatismo, 2001, p. 449). A primeira definição apresentada acaba nos transmitindo, em um primeiro momento, uma visão normativa e reguladora de doutrina. Já a segunda apresenta um sentido voltado para ações práticas, úteis. Ambas as definições etimológicas aqui expostas, desde que estejam em harmonia, explicitam duas características marcantes do caráter da doutrina filosófica pragmatista: seriedade metodológica e finalidade utilitária. O pragmatismo é, portanto, um *expediente* ou *método* de investigação que busca solucionar um problema ou fenômeno visando suas consequências ou finalidades práticas (Kinouchi, 2007, p. 215).

Ao discorrermos sobre o pragmatismo⁹, sua origem e caracterização, é impossível não mencionarmos, ao menos brevemente, três nomes importantes desse movimento: Charles Sanders Peirce, William James e John Dewey. Os três pensadores são cruciais para compreendermos a noção de “verdade” do pragmatismo, visto que há um desenvolvimento (muitas vezes contrastivo) entre as ideias dos dois primeiros, que culmina em uma definição mais ampla e sólida com Dewey.

A origem da tradição pragmatista remonta ao filósofo, lógico e fundador da semiótica, Charles S. Peirce, que desenvolveu o germe do pragmatismo ao investigar e buscar representar a prática *racional* científica, expondo pela primeira vez a doutrina em seu conjunto de ensaios intitulado: *Ilustrações da lógica da ciência*. O que o autor propôs foi uma metodologia baseada na lógica científica e suas formas de raciocínio¹⁰ visando corrigir

⁹ É mister ressaltar que o presente artigo busca abordar somente as conceituações teóricas acerca da verdade presentes nos autores fundadores do movimento pragmatista americano. Contudo, isso não significa que outros desdobramentos mais recentes em epistemologia não possam ser caracterizados como teorias pragmáticas da verdade. Um caso que merece atenção é a teoria da “*quase-verdade*” do filósofo e lógico brasileiro Newton da Costa, que foi denominada, por um certo período, de teoria da “verdade pragmática” (Da Costa; Bueno; French, 1998; Krause, 2009).

¹⁰ Para Peirce são três os tipos de raciocínios lógicos: dedutivo, indutivo e abduutivo.

crenças equivocadas, seja nas Ciências seja na Filosofia¹¹. E o único modo de saber que obtivemos uma crença “verdadeira” (o que seria, para Peirce, uma crença próxima da realidade) é, então, observando seus resultados práticos.

Basicamente, para o pragmatismo peirciano, o conhecimento é uma disposição para a ação motivada pela dúvida, e o método científico é condicionado por uma realidade independente, o que, portanto, pode levar ao consenso por ser comum a todos. É nesse consenso que se encontra o conhecimento, o “verdadeiro”, pois “a verdade é o fim da investigação, aquela opinião sobre a qual aqueles que usam o método científico vão concordar, ou talvez concordassem, se persistissem o suficiente” (Haack, 2002, p. 140). É com a abordagem peirciana que a primeira característica do pragmatismo elencada por nós, a questão metodológica, se torna mais evidente, além de uma clara tendência para o correspondentismo, por depositar em uma relação entre o mundo e o investigador aquilo que será razoável ao ponto de ser considerado verdadeiro entre todos.

Um autor que deu uma guinada diferente na interpretação da filosofia pragmatista foi o psicólogo William James que, partindo da obra de Peirce, a qual ele considerava celeberramente genial, fez o pragmatismo se voltar para questões de ordem de vida prática (existenciais, em certa medida)¹². O pragmatismo jamesiano assume uma forma de coerentismo, sobretudo por certa influência darwinista¹³ em sua concepção de homem como um animal em relação com um ambiente.

James parte da noção peirciana de conhecimento como impulso de ação investigativa diante de uma dúvida, pois, para o autor, a dúvida gera certo desconforto no sujeito. A única forma de extinguir o desconforto é obtendo uma crença satisfatoriamente verdadeira, isto é, uma crença coerente com os dados dos sentidos e com o sistema de crenças anteriores que já possuímos. Dessa forma, constantemente estamos readequando nosso arcabouço de crenças conforme novas hipóteses nos são veiculadas e nós as confrontamos com os dados sensoriais e vice-versa. Sendo assim, a própria ciência:

¹¹ Contudo, para Peirce não é tarefa da investigação pragmática tratar de assuntos relacionados à forma de viver, ou seja, tratar de assuntos de ordem religiosa, moral ou ética.

¹² O que, porventura, motivou Peirce a tecer duras críticas a James, inclusive alterando o nome de sua filosofia para pragmaticista, a fim de diferenciá-la da abordagem de seu sucessor.

¹³ Algum autor poderia argumentar que, pelo fato de James tomar a teoria da evolução das espécies de Darwin como uma guia, ele poderia estar incorrendo em uma forma de *realismo científico*, que nada mais é que uma forma de correspondentismo aplicado à interpretação da ciência. Entretanto a discussão acerca da legitimidade e possibilidade dessa hipótese excede os limites da tarefa aqui proposta.

[...] rende expressões que, dados os lugares e tempos, podem ser traduzidas em valores reais, ou interpretadas como porções definidas no interior do caos que recai sobre nossos sentidos. Ela se torna um guia prático de nossas expectativas tanto quanto proporciona prazer teórico (James, 1983, p. 1232, tradução nossa).

Com James o pragmatismo toma uma nova face, considerando a verdade como um resultado prático coerente com nossas crenças e dados sensíveis, o que acaba por ressaltar o importante valor da verificabilidade. Essa abordagem proporcionou uma expansão do pragmatismo para dimensões até então não exploradas por Peirce (e até renegadas), como estética, ética e religião.

Mesmo com tantas divergências entre Peirce e James, o filósofo e pedagogo John Dewey deu um passo além na tradição pragmatista ao estabelecer uma interpretação que sintetizasse os dois pensadores que o antecederam¹⁴. Dewey desenvolveu uma teoria pragmática que chamou de “*instrumentalismo*”, a qual objetivou oferecer uma “lógica” (aqui o termo entendido como um meio de investigação científico racional aos moldes de Peirce) que fosse aplicável à dimensão humanista que James trouxe para o debate.

Não pretendemos entrar em detalhes ou minúcias do pensamento deweyano, visto que é sistematicamente complexo e bem elaborado, mas, em linhas gerais, podemos generalizar e dizer que a proposta instrumentalista de Dewey se trata de uma lógica-investigativa interpretada de forma naturalista e não normativa. O que queremos dizer é que Dewey advogou a tese de que não há ruptura entre o pensamento e a natureza, ou seja, não há transcendências, “não há quebra de continuidade entre as operações de investigação e as operações biológicas e físicas” (Dewey, 1938, p. 19, tradução nossa). Isso porque Peirce pensava as estruturas matemáticas racionais de forma platônica (Kinouchi, 2007, p. 223), então, o que Dewey fez foi tentar naturalizar essas estruturas a partir da história natural – não as identificando como idênticas aos elementos da história natural, mas sim em uma relação de continuidade dada por influências do ambiente (manifestando forte influência darwinista e jamesiana).

Dewey tentou oferecer um sistema em que as estruturas de investigação do conhecimento estivessem sujeitas também aos valores histórico-sociais, éticos e estéticos de um meio. Assim, partindo da visão peirciana de investigação que chega à realidade e da noção verificacionista jamesiana (e não positivista), Dewey propõe uma abordagem que assume que a investigação chega à realidade, mas sua interpretação e formas de atuar são influenciadas e

¹⁴ Embora Peirce também não aceitasse por completo as posições de Dewey sobre o pragmatismo.

condicionadas por crenças e valores próprios de determinada cultura, o que ele chama de *naturalismo cultural* (Dewey, 1938, p. 19). Assim, a investigação e, portanto, o conceito de verdade e o próprio valor que damos a ele se situam entre essas duas dimensões: uma forma de correspondentismo que assume a realidade por meio de efeitos pragmáticos, e uma forma de coerentismo que interpreta essa realidade de acordo com valores humanos próprios da cultura.

As três formas de pragmatismo aqui expostas muito sucintamente, bem como a peculiar forma de interpretação do conceito de verdade de cada uma delas, embora apresentem diferenças intrínsecas, possuem também um marco comum que caracteriza uma teoria pragmática em geral, que é conferir uma primazia à experiência e aos resultados práticos de uma crença, interpretando a verdade como crenças pragmaticamente úteis.

CONCLUSÃO

No início deste texto, nos propusemos a responder duas questões: “i) em que sentido uma teoria pragmática difere das outras teorias clássicas?” e “ii) seria possível pensar, então, pragmaticamente, a natureza da verdade?”, por meio de uma análise pautada em breves caracterizações das teorias da verdade correspondentista, coerentista e pragmatista, e como cada uma delas responde à questão fundamental: “o que é a verdade?”.

Pudemos definir que uma teoria correspondentista trata a natureza da verdade como uma relação de correspondência entre um portador de verdade (sentença de uma língua, crença, proposição etc.) e dado estado de realidade independente do portador. Por outro lado, uma teoria coerentista, em linhas gerais, ficou definida genericamente como uma teoria que trata da natureza da verdade como uma relação de coerência entre crenças ou proposições em um dado sistema (ou consciência, mente etc.). Já as teorias pragmáticas, mesmo com suas inúmeras divergências internas, concordam que “o significado de um conceito deve ser dado pela referência às consequências ‘práticas’ ou ‘experimentais’ de sua aplicação” (Haack, 2002, p. 140) e, portanto, o conceito de verdade está condicionado aos resultados práticos obtidos por meio da investigação (seja ao modo peirciano, jamesiano ou deweyano).

O que aproxima as duas primeiras teorias abordadas é a questão ontológica motriz: “o que é a verdade?”. Portanto, tanto as teorias correspondentistas quanto as coerentistas se propõem, de fato, a responder acerca da natureza ontológica da verdade. O que afasta radicalmente as teorias pragmáticas das outras duas é, na realidade, a questão proposta, pois

as teorias da verdade pragmáticas não estão preocupadas acerca da natureza da verdade, mas sim com as questões: “como obtermos crenças verdadeiras?” ou “qual o melhor método investigativo para considerarmos tais crenças como verdadeiras e quais os efeitos práticos delas?”.

Seria possível darmos uma definição sobre a natureza da verdade sob essa perspectiva pragmática? Talvez. Isso varia conforme o interesse daquele que se propõe responder à questão. Caso o proponente considere viável definirmos o significado do termo “verdade” como “uma crença pragmaticamente útil” ou “uma crença pragmaticamente útil coerente com a realidade sensível e os valores culturais” e considere que isso seja a *natureza* do conceito, é possível considerarmos viável a adoção de uma teoria pragmática. Contudo, se o interlocutor está interessado em definir metafisicamente ou ontologicamente o que é a verdade, as teorias pragmáticas não parecem funcionar, pois embora elas falem acerca da verdade e, muitas vezes, utilizem elementos de correspondência e/ou coerência para tratar da forma com que chegamos às crenças úteis, elas não buscam definir aquilo que a verdade é em si, diferentemente das propostas correspondentistas e coerentistas.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1969.

COSTA, A. Notas sobre a teoria coerentista da verdade. **Crítica na Rede**, 2002. Disponível em: https://criticanarede.com/fil_teoriacoerentista.html. Acesso em: 02 fev. 2024, 17h40min.

DA COSTA, N.; BUENO, O.; FRENCH, S. The logic of pragmatic truth. Netherlands, **Journal of Philosophical Logic**, v. 27, 1998.

DEWEY, J. **Logic: the theory of inquiry**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1938.

FARIA, C. M. Verdade, expressão e contingência em Leibniz. **Cadernos Espinosanos**, São Paulo, n. 31, 2014.

GRAYLING, A. **An introduction to philosophical logic**. 3. ed. Oxford: Blackwell Publishers Inc., 1997.

HAACK, S. **Filosofia das lógicas**. Tradução de Cezar A. Mortari e Luiz H. A. Dutra. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

JAMES, W. **The principles of psychology**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1983.

KINOUCHI, R. Notas introdutórias ao pragmatismo clássico. **Scientia e Studia**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 215-26, 2007.

KIRKHAM, R. Coherence theory of truth. **Routledge Encyclopedia of Philosophy**. London/New York: Routledge. v. 9, p. 470-472, 1998.

KRAUSE, D. Newton da Costa e a filosofia de quase-verdade. **Principia: an international journal of epistemology**, Florianópolis, v. 13, n. 2, 2009.

LISTON, G. O. Holismo fisicalista de Neurath: uma autocrítica do Positivismo Lógico. **Dissertatio**, Pelotas, v. 37, p. 47-67, 2013.

LOCKE, J. Ensaio acerca do entendimento humano. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

LYNCH, M. **The nature of truth**: classic and contemporary perspectives. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2001.

NEURATH, O. Sociology in the framework of physicalism. **Philosophical Papers 1913–1946. Vienna Circle Collection**, v. 16. Dordrecht: Springer, 1983.

PIZZUTTI, P. H. N.; LISTON, G. Círculo de Viena e Teorias da verdade: posições e oposições filosóficas. **Synesis**, v. 13, n. 1, 2021.

PRAGMÁTICA. *In*: BUENO, S. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Guarulhos: Editora FTD, 2001. p. 449.

PRAGMATISMO. *In*: BUENO, S. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Guarulhos: Editora FTD, 2001. p. 449.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus**. Translated by C. K. Ogden. New York: Dover Publications, 1922.